

# GOVERNO CASTELO BRANCO, CONTRAGOLPE

E FRENTE AMPLA NAS MEMÓRIAS  
DE MILITARES E CIVIS (BRASIL: 1964-68)

Célia Costa Cardoso<sup>1</sup>

A pesquisa que origina este artigo analisa dois movimentos de resistência ocorridos no Brasil após 1964, comandados por políticos profissionais, militares cassados e militantes políticos. Muitos desses opositores integraram o denominado “Grupo do Rio”, que atuou em São Paulo e no exterior, visando à desestabilização do Estado autoritário. Em 1966, o chefe do governo paulista, Adhemar de Barros, contou com apoio de parte desse grupo de oposição no planejamento de uma missão, denominada de *contragolpe*. Com a desarticulação desse movimento de resistência em São Paulo, surgiu, em fins desse mesmo ano, o projeto de formação de uma Frente de mobilização opositora em defesa de eleições diretas e reforma partidária. Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara, lançou um “Manifesto” na *Tribuna da Imprensa*, de repercussão nacional, marcando o início das articulações políticas opositoras, com a adesão de políticos cassados e exilados, como Juscelino Kubitschek e João Goulart, que também integraram o movimento da Frente Ampla.

Logo após o golpe de 1964, cerca de 60 militares da Aeronáutica, Marinha e Exército foram presos em um navio na cidade do Rio de Janeiro. Entre eles, estava o oficial Francisco Teixeira, tendo sido enquadrado pelo Ato Institucional nº 1 e demitido das forças armadas<sup>2</sup>. A suspensão das atividades na Aeronáutica o levou a intensificar a sua atuação política, apresentando-se como um “militar político”, por assumir, no plano da hierarquia, muito mais a condição de político do que de militar, com a missão de buscar “alertar a sociedade civil para o problema militar”. Para ele, os militares eram reféns de uma tradição autoritária do Estado brasileiro que se revelou em forma de golpe de Estado, com apoio de parte da sociedade civil<sup>3</sup>. A imprensa noticiou a decisão do presidente Castelo Branco da retirada de sua patente militar, no entanto, já no período da Anistia, o seu advogado descobriu que o AI-1 não tinha poderes legislativos para cassar patentes. Na prática, segundo Teixeira, essa confusão não lhe rendeu nada. Somente após 1979, na condição de anistiado, é que restabeleceu sua situação financeira, com base na remuneração recebida de militar da ativa em 1964. Durante a ditadura, sobreviveu com os recursos financeiros de sua esposa, que recebia o montepio, ou seja, um benefício que consistia em indicar uma pessoa devido a sua condição de “morto”, para receber os proventos, como determinava a legislação<sup>4</sup>.

Os episódios são analisados a partir da abordagem historiográfica no campo da história política renovada<sup>5</sup>, a fim de identificar e explicitar a correlação de forças políticas existentes nos movimentos de reação à ditadura, tendo como referência as obras de René Rémond, Pierre Rosanvallon e Francisco Falcon<sup>6</sup>. A nova história política pressupõe um entendimento do poder imbricado nas relações sociais. Essa dimensão do poder e da política disseminado pelo social representa uma perspectiva de análise não restrita ao campo da institucionalização do poder e do Estado.

Em abril de 1964, o tenente-brigadeiro Teixeira foi compelido a enfrentar adversidades e perseguições, após a recusa de resistência do presidente Goulart e a desmobilização do setor oposicionista, que acabaram por fortalecer o seu ideal de luta contra a institucionalização da ditadura no Brasil. Apoiadores do movimento civil-militar de 1964, como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, uniram-se, em momentos distintos, a esse grupo de enfrentamento mais à esquerda. Afinal, o que eles queriam? Existia algum consenso entre militares nacionalistas, reformistas democráticos e udenistas de primeira hora? Ao falarem em democracia, como a compreendiam? Como nasceu essa resistência, após 1964, e como esse fenômeno se ampliou tão rapidamente a ponto de se expandir no primeiro governo militar, incomodando alguns políticos da situação com suas vozes de descontentamento? Anticomunistas e antitrabalhistas, personagens de atuação decisiva nos acontecimentos da madrugada de 31 de

março, revelaram-se frustrados com os rumos do Estado autoritário, passando a integrar movimentos oposicionistas. Questões como essas nos conduzem a perscrutar as contradições, as divergências ideológicas entre os próprios adversários políticos que, em determinado contexto, estabeleceram como objetivo desestabilizar o governo Castelo Branco. Adversários que desejavam provocar a sua renúncia ou que, como último recurso, pretendiam realizar o contragolpe na busca de soluções para a democratização do país e atendimento das plataformas partidárias ou causas políticas personalistas.

Do ponto de vista dos políticos tradicionais, representados aqui por Adhemar de Barros, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, a manutenção dos ideais democráticos condicionava-se ao prosseguimento das garantias de realização de pleitos eleitorais livres para todos os níveis de representação política. Essa era a principal exigência de prováveis candidatos à Presidência da República, no ano de 1965. No entanto, os instrumentos extralegais criados, com o AI-2 de outubro de 1965, impediram a concretização destes interesses e dificultaram articulações políticas que gravitavam no plano nacional em torno de candidaturas para o Poder Executivo Federal. A decisão de instituir eleições indiretas para o cargo de presidente e vice, sem alterar a forma de pleito direto para o Legislativo, provocou e ampliou o quadro de reações contra as ordens governamentais.

Diante dessa situação, oposicionistas civis tomaram a decisão de fundar o movimento da Frente Ampla, nascendo assim um novo agrupamento político que buscava adesões de políticos exilados, como Juscelino Kubitschek e João Goulart. Capaz de reunir interesses políticos díspares, eles levantaram a bandeira da democracia com eleições livres. Juscelino Kubitschek apoiou a emissão do primeiro “Manifesto da Frente Ampla”, redigido por Lacerda, e ambos criaram a “Declaração de Lisboa”, em 19 de novembro de 1966. O lançamento do “Pacto de Montevideú”, em 25 de setembro de 1967, selou a adesão pública de Goulart. Esses documentos, segundo Márcio de Paiva Delgado, “defendiam, em linhas gerais, a superação das diferenças políticas e ideológicas em nome da união nacional pela volta da democracia e um projeto de desenvolvimento econômico nacionalista”<sup>7</sup>.

A desorganização interna dos grupos políticos ligados aos extintos partidos tradicionais – União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>8</sup> –, que não desapareceram de forma rápida, permitiu compreender o surgimento da Frente Ampla, caracterizada por diferentes matizes ideológicas, para combater a política de arbítrio do primeiro governo militar. Entre seus articuladores, destacaram-se Carlos Lacerda (ex-UDN) que não aderiu à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido situacionista, e o deputado Renato Archer, do Movimento

Democrático Brasileiro (MDB). Até que ponto esse movimento, que também nasceu interligado ao recém-criado MDB, não dispersou forças que inviabilizaram a organização imediata do partido de oposição, legalmente constituído pelo governo militar, e que demorou alguns anos para se constituir enquanto força importante nas disputas eleitorais? As dificuldades enfrentadas de estruturação de um partido de oposição em âmbito nacional e em curto espaço de tempo acentuaram as divergências políticas, que não podem ser compreendidas por meio do jargão simplificador, já consolidado por certa historiografia de 1964, de “oposição consentida”, uma vez que ocultam conflitos, não dando conta da dimensão política do pós-64.

Desse modo, aqui se aponta para a persistência de antigos projetos políticos dentro do sistema do bipartidarismo, revelada nos embates entre facções políticas tanto da Arena como do MDB. A constituição desse modelo político de atuação não possibilitou à oposição mecanismos suficientes para frear a institucionalização do poder militar, com a presença das forças armadas no controle do Estado por 21 anos. Em algumas cidades, como as do interior dos Estados da Bahia e Sergipe, a ausência de acordo político dentro do partido situacionista gerou concorrência entre os próprios correligionários nos processos eleitorais, surgindo chapas opostas, denominadas de Arena 1 e Arena 2<sup>o</sup>. Elas revelam mecanismos criados por políticos situacionistas para respeitar as normas impetradas pelo AI-2, uma vez que, na impossibilidade de se fundar um novo partido político, criaram chapas concorrentes no interior de um mesmo partido, evitando, assim, rupturas drásticas e o aumento de desfiliações.

A política de segredo e o receio da repressão, em caso de descoberta por delação, deram pouca visibilidade ao movimento conspiratório de oposição, em especial ao contragolpe. No entanto, as memórias de civis e militares permitem o entendimento de planos secretos, que dificilmente poderão ser encontrados na documentação do período. Apesar de compreender a carga emotiva do presente vivido e o quanto de seletiva a memória se configura no relato dos acontecimentos, o cruzamento de memórias distintas e as disputas existentes entre elas são, sem dúvida, reveladoras do passado vivido. Antonio Montenegro, tendo com referência teórica Jacques Le Goff, opera com a distinção entre memória e história:

Embora parta do real, do fato, do acontecimento, o processo da memória se descola e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro. Com a história, a dimensão do fato, do acontecido, do acontecimento opera sempre em sintonia com o que é estabelecido no momento em que o

fato ocorreu. A forma como o acontecido operou ou atuou no imaginário ou no próprio comportamento social não se constitui em elemento fundante<sup>10</sup>.

Na análise do depoimento do oficial Francisco Teixeira (acervo do CPDOC), atentamos para as observações referentes ao apoio do governo norte-americano ao movimento civil-militar de 1964. A tese formulada pelo historiador Moniz Bandeira<sup>11</sup> é enfática ao afirmar que 1964 foi um fenômeno internacional, acentuando a participação dos Estados Unidos da América (EUA) no episódio. Revela ainda as divergências políticas existentes no governo Kennedy entre o Departamento de Estado – com sua proposta de defesa das democracias representativas – e o Pentágono, que acatava os regimes ditatoriais. No entanto, essas divergências se dissipavam, quando alguns meses depois da tomada do poder por algum grupo político, os objetivos da Aliança para o Progresso se consagravam com a efetiva distribuição de recursos financeiros aos governantes autoritários, arma poderosa usada na consolidação de golpes de estado da Guatemala, Argentina, Peru e Bolívia. No Brasil, é notória a entrada desse capital no país no início dos anos 1960, financiando campanhas de governantes estaduais e para a divulgação de propagandas anticomunistas e antitrabalhistas através do complexo Ipes-Ibad (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais / Instituto Brasileiro de Ação Democrática)<sup>12</sup>. Em função disso, o Presidente Goulart não obteve sucesso em sua visita aos EUA para angariar empréstimos, uma vez que a posição do governo norte-americano era contrária à política reformista-nacionalista do governo brasileiro. Moniz Bandeira e Caio Navarro de Toledo confirmam e analisam o esquema de preparação de porta-aviões dos EUA, para uso em caso de resistência social ao movimento civil-militar de 1964<sup>13</sup>.

A perspectiva de análise adotada aqui parte das contradições internas, elegendo como eixo central as articulações entre civis e militares sustentadas na aceitação do projeto de tomada do poder por parte da sociedade brasileira, com inegável participação do governo norte-americano. Ao criticar as teses de Moniz Bandeira, o historiador Jorge Ferreira ressalta o apoio da sociedade ao golpe, tendo sido esse essencial para a tomada do poder em 1964: “não basta conspirar, mesmo que com o apoio das potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante”<sup>14</sup>.

Moniz Bandeira, em visita as suas memórias, descreve suas impressões do cerimonial de posse da diretoria da Associação dos Sargentos, no Automóvel Clube (RJ), em março de 1964, vendo na expressão e no discurso de Jango o princípio da “derrota”. Ele aponta alguns fatores repensáveis pela queda do presidente: a quebra da disciplina e hierarquia militar, radicalização das esquerdas incentivada pela CIA e a nacionalização das empresas estrangeiras pelo governador Leonel Brizola (RS). Ressalta ainda, a atuação do PCB como agente

responsável pela desmobilização das forças contrárias ao golpe, chefiado por marechal Humberto de Alencar Castello: “em 1º de abril, sem que as massas trabalhadoras reagissem, porque os líderes da esquerda, sobretudo do PCB, (...) ainda confiavam no espírito legalista e democrático das Forças Armadas<sup>15</sup>”. A proposta pacifista de mobilização dos trabalhadores do PCB entrava em confronto com outras organizações das esquerdas, incluindo as que defendiam a luta armada, sendo Moniz um dos mais influentes membros da Polop (Política Operária), da esquerda trotskista.

Para ele, Jango não tinha como atender as solicitações oposicionistas de resistência ao golpe de 1964, porque existia de fato a ameaça dos EUA através da Operação Brother Sam, como também a capacidade de mobilização dos seus apoiadores não seria suficiente para confrontar com o poderio norte-americano. Essa pesquisa não estuda esses focos de resistência, muitos deles isolados, que aconteceram imediatamente ao golpe de Estado de 1964, mas procurou compreender as articulações oposicionistas ocorridas no final do governo Castelo Branco, que resultaram em movimentos de resistência projetados para desestabilizar o governo federal, tendo em vista a violação dos direitos constitucionais em vigor desde 1946.

A deposição do presidente da República e a orientação de não resistência gerou um intenso debate historiográfico, sistematizado por Jorge Ferreira a partir de duas perspectivas de análise: a primeira refere-se a “culpabilidade” do indivíduo no episódio, quando “direitas, esquerdas e liberais se unem em uma mesma explicação: o comportamento, a personalidade e a incapacidade política de um único indivíduo atuaram como fatores decisivos, se não determinantes, para o golpe”; e a segunda, discute abordagens estruturalistas e deterministas, que elegeram os fatores econômicos sem estabelecer conexão com as ações dos sujeitos históricos<sup>16</sup>. Nesse sentido, perfilamos das ideias do autor quando dirigidas ao enfoque de projetos, interesses e ações coletivas e individuais dos envolvidos.

## **Atos Institucionais, novos agrupamentos políticos e o contragolpe**

Os ideais de democracia, descentralização, representatividade e participação política nortearam os anseios de alguns grupos políticos e sociais do Brasil pós-guerra. Essas orientações, impressas na Constituição de 1946, criaram um campo imagético positivo de afirmação democrática no combate ao fortalecimento do Poder Executivo, por meio da valorização ou retomada da tradição federativa, de busca de equilíbrio entre os poderes do Estado. Todavia, esse modelo de democracia liberal (1946 -1964) foi duramente cri-

ticado por alguns analistas desse período, que combateram as tentativas de controle do movimento dos trabalhadores, as perseguições aos comunistas e a perda de autonomia administrativa do Poder Executivo. Pedro Pomar, entre outros, provoca controvérsias ao denominar o governo de Eurico Gaspar Dutra de “terrorismo de Estado”, apontando a ilegalidade do PCB, em 1947, e as perseguições aos comunistas:

O regime político que passou a vigorar em janeiro de 1946, embora inscrito nos marcos da denominada democracia liberal, fundou-se no terrorismo de Estado, na negação das garantias individuais, na banalização da eliminação física de opositores e na supressão da liberdade de organização dos setores populares – especialmente os sindicatos e o PCB<sup>17</sup>.

Carlos Heitor Cony, por sua vez, ataca os limites impostos pela Constituição de 1946 no tocante à atuação do presidente da República. Getúlio Vargas, no início dos anos 1950, considerava-a um empecilho ao processo de tomada de decisão. Jânio Quadros, em 1961, conviveu com conflitos políticos ocasionados pela ausência de uma base majoritária de apoio ao governo no Congresso Nacional e pelas amarras de forças (“ocultas”) políticas que reduziam o seu poder de ação<sup>18</sup>. Juscelino Kubitschek promoveu o desenvolvimento econômico recorrendo à montagem de uma administração paralela de poder, incorporando antigas instituições (Carteira de Comércio Exterior – CACEX, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC) e criando novos órgãos administrativos (Grupos Executivos, Grupos de Trabalho, Conselho de Política Aduaneira – CPA) para realizar o Programa de Metas, que previa um crescimento acelerado da economia (“50 anos em 5”) através da industrialização e a construção de Brasília. Esse alcance desenvolvimentista em contexto de estabilidade política, de acordo com a cientista política Maria Vitória Benevides<sup>19</sup>, foi sustentado em um tripé: aliança partidária (bloco de apoio, PSD-PTB), apoio do Exército na realização do programa de governo, e a não desprezível desenvoltura do Executivo na definição do plano de desenvolvimento econômico e social. Juscelino Kubitschek, contrariando outros candidatos, lançou-se presidente em circunstâncias de grande instabilidade política, mas com um programa definido:

Desde os primeiros dias de governo que Jânio reclamava da impossibilidade operacional da Constituição de 1946, feita sob encomenda para impedir um Executivo forte. Antes dele, Getúlio Vargas, em seu período constitucional (1950-1954), queixava-se a seu ministro da Justiça, Tancredo Neves, de que “seria o último a governar com aquela Constituição”. É certo que Juscelino

conseguiu a façanha, mas para isso usara de imaginação e audácia, criando mecanismos que não chegavam a ferir a Constituição, embora a superassem<sup>20</sup>.

A leitura do escritor Heitor Cony do governo Juscelino Kubitschek possui um tom memorialístico e de admirável aceitação, elegendo Jânio Quadros como principal adversário político do ex-presidente. Aborda o projeto desenvolvimentista em minúcias, oculta a campanha eleitoral para presidente em 1960, quando JK concede apenas apoio formal ao Marechal Lott, garantidor de sua posse em 1956, e relativiza as alegações da oposição de política inflacionária e corrupção. Conforme suas ideias, em 1964, “Juscelino Kubitschek tentou de todas as maneiras evitar o golpe político-militar contra a democracia e as liberdades políticas”<sup>21</sup>. O silêncio e a prudência de Juscelino Kubitschek na trama do golpe e depois do ato consumado, denunciava a sua crença na possibilidade de manutenção do processo democrático, reforçada pelo sentimento de aceitação do seu nome dentro do PSD como sendo um forte candidato ao governo federal: “E de todos os cantos do país já surgira o refrão JK-65, que nascera tão logo ele se recusara a articular uma emenda na Constituição para tornar-se elegível à própria sucessão – outra praxe, também, de nossos costumes políticos”<sup>22</sup>. De modo que a atuação de Juscelino Kubitschek condicionou-se aos interesses partidários, pois ele foi uma das lideranças mais importantes do PSD, um dos partidos mais tradicionais e conservadores da política brasileira pós-1945, que representava os interesses de uma oligarquia agrária resistente ao avanço da legislação trabalhista no campo. Além disso, boa parte de seus partidários apoiaram o golpe e conciliaram com os governos militares.

Com o golpe de Estado, a Constituição de 1946 dobrou-se às práticas de arbítrio imposta pelo lançamento de uma legislação extra constitucional, iniciada em 9 de abril de 1964, com o Ato Institucional, ainda sem número, feito para cassar mandatos eleitorais, perseguir opositores e “transferir o poder político aos militares”, por meio de um Congresso nacional coagido a eleger o novo presidente da República<sup>23</sup>. Como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do governo Goulart, Castelo Branco titubeou na posição de conspirador em 1964, mas com o andamento das negociações assumiu-se como “líder revolucionário”, sendo posteriormente conduzido à Presidência da Nação, permanecendo até março de 1967, sem, no entanto, fazer o seu sucessor. Em fins de maio de 1964, Juscelino Kubitschek foi atingido pelo AI-1, que cassou o seu mandato de senador por Goiás e suspendeu os direitos políticos por dez anos, interrompendo o plano partidário de lançamento de sua candidatura em 1965:

Igualmente conservador e liberal, Juscelino mantinha uma atitude de firmeza em relação ao novo governo: recebera a promessa de Castelo Branco, confiava

na palavra do general que assumira a presidência da nação. E em todos os seus pronunciamentos, inclusive à imprensa estrangeira, considerava as punições passageiras, ditadas ainda pelo calor dos acontecimentos, e garantia que os rumos da democracia brasileira, tão logo superado o embate provocado pela queda de Goulart, depressa retornariam a seu leito natural<sup>24</sup>.

As reações ao golpe de Estado de 1964 envolveram militares e civis em uma articulação conspiratória para derrubar ou desestabilizar o governo Castelo Branco. Na composição desse novo agrupamento político aproximaram-se antigos conspiradores, políticos descontentes e frustrados com os rumos do movimento civil-militar de 1964, bem como personagens que participaram ou tiveram alguma forma de envolvimento com a administração do presidente João Goulart. Muitos deles foram perseguidos, cassados ou caíram no ostracismo, mesmo assim se articularam e buscaram o caminho da luta política, naquelas circunstâncias históricas de cerceamento da liberdade de expressão.

Os desentendimentos políticos, crescentes na base aliada do governo, deram-se entre políticos civis e o governo Castelo Branco. Carlos Lacerda, ex-governador do Estado da Guanabara, passou a externar, via imprensa escrita e televisiva, suas críticas contundentes à política econômica do governo. Outro motivo significativo foi a vitória de Francisco Negrão de Lima, candidato da oposição (coligação PSD-PTB), nas eleições estaduais de 1965, que recebeu o apoio discreto do amigo presidente da República, descontentando Lacerda, que não conseguiu fazer seu sucessor no estado – o então secretário da Educação e Cultura da Guanabara, Carlos Flexa Ribeiro<sup>25</sup>.

O lançamento do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, resultou também no afastamento de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, da política do governo Castelo, ao mesmo tempo em que o levava a se aproximar de setores oposicionistas históricos, como o PCB e o “grupo do Rio”. A proposta lançada por Adhemar foi a de organização de um contragolpe, não assumido abertamente pelo brigadeiro Francisco Teixeira, para derrubar ou provocar a renúncia do presidente da República. As articulações desse contragolpe, dirigidas por Adhemar de Barros, foram motivadas pelas possibilidades concretas de intervenção militar no governo paulista. Com o seu exílio, o desfecho do movimento foi o insucesso e a dispersão do grupo defensor dessa proposta.

Para retomar a ideia da Frente Ampla, os relatos memorialísticos dos atores envolvidos trazem tensões vivenciadas por aqueles que tiveram que enfrentar antigos adversários políticos. Jacinto Guerra confronta as memórias de JK e Carlos Lacerda acerca dos encontros entre esses líderes no exílio, em Lisboa, cidade escolhida pelo ex-presidente para permanecer a maior parte do tempo. Não encontrando contrariedade nesses relatos, ele toma o partido

de JK: “Para o regime militar, Jango e Lacerda eram problemas menores. Mas era preciso destruir politicamente JK, a liderança civil mais popular do país, o brasileiro de maior prestígio nacional e internacional”<sup>26</sup>. A institucionalização de um regime ditatorial ampliou o descontentamento nas bases do governo, que levou à criação da Frente Ampla por Carlos Lacerda, em 28 de outubro de 1966, com a adesão de políticos cassados e exilados, JK e João Goulart, que permitiu a divulgação de manifestações oposicionistas em defesa das eleições livres e diretas em todos os níveis de representação política.

O historiador Márcio de Paiva Delgado, através da análise da *Tribuna da Imprensa*, constatou que Jânio Quadros e Magalhães Pinto foram sondados, mas cada um, alegando motivos diferentes, recusou: “Jânio temia ser ‘confinado juntamente com o sr. Juscelino Kubitschek, se aderisse à Frente Ampla’. Magalhães Pinto também foi convidado, mas recusou-se, pois, segundo Lacerda, ‘já estava engajado na campanha de Costa e Silva’”<sup>27</sup>. Antes dessas tentativas de aproximação, diz-nos Márcio Delgado, Carlos Lacerda tentou, em maio de 1966, fundar o seu próprio partido, PAREDE (Partido da Renovação Democrática), mas não obteve o registro legal. Também não aderiram Miguel Arraes e Leonel Brizola, por considerá-la distante do povo.

No entanto, o projeto da Frente seguiu adiante ampliando suas bases de apoio com profissionais liberais, estudantes, trabalhadores, comunistas e o “grupo do Rio”. As suas lideranças tinham a pretensão de formar um partido político com a adesão de diversos parlamentares oposicionistas, que atuariam em paralelo com a organização partidária institucionalizada pelos governos militares. O estudo dessas ações políticas de oposição tem permitido também investigar o domínio político da Arena e as dificuldades de organização do MDB nos primórdios de sua fundação.

## **Contragolpe e Frente Ampla: a reação dos envolvidos**

O movimento de reação fomentado pelos apoiadores do governo Goulart, reunidos no Rio de Janeiro, foi liderado pelo tenente-brigadeiro Francisco Teixeira<sup>28</sup>, ex-ocupante do posto de Comandante da III Zona do RJ. Esse “grupo do Rio”, como ficou conhecido, obteve, em momentos distintos, a adesão de políticos profissionais descontentes, como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. O brigadeiro Teixeira, da esquerda militar, tido como comunista pelos militares golpistas, atestou a falta de interesse de Jango em mobilizar as forças de resistência em 1964. Teixeira se dizia preparado para liderar uma resistência, mas mudou de atitude diante das indecisões do governo federal, que culminaram no deslocamento de João Goulart para o Rio Grande do Sul e de-

pois, para o Uruguai. Diante desses fatos, Teixeira achou melhor desmobilizar a tropa, pois não tinha interesse em chefiar a nação. Essa decisão custou-lhe muito caro, foi considerado um inimigo do movimento de 1964, apesar de afirmar não ter cometido nenhum ato de “subversão”. Foi preso, em conjunto com outros militares nacionalistas e reformistas, permanecendo na prisão até o final de maio de 1964. Após sair da prisão, foi demitido da Aeronáutica e passou a viver com poucos recursos financeiros. O brigadeiro Teixeira passou a comandar o “grupo do Rio” com o objetivo de mobilizar as massas para a tomada do poder, obtendo inclusive o apoio de parte do PCB.

Após o AI-2, com o acirramento das divergências políticas entre Adhemar de Barros e Castelo Branco e a crescente possibilidade de intervenção militar no Estado de São Paulo, o governador paulista entrou em contato com esse “grupo do Rio”, solicitando apoio político. Em reunião convocada por Adhemar de Barros no Palácio do governo paulista, o brigadeiro Teixeira ficou impressionado com a seriedade e formalidade do governador, aceitando no primeiro momento a proposta de Adhemar de ampliação do grupo com a entrada de políticos paulistas e ademaristas. Mas, com o tempo, os embates políticos aprofundaram e as divergências e desconfianças não tardaram a aparecer em relação a Adhemar de Barros. Os registros orais escritos tornaram-se fontes essenciais para a compreensão dos bastidores políticos desses movimentos oposicionistas, de conhecimento restrito em discursos governamentais e jornalísticos. O testemunho do coronel aviador Hélio Anísio, fornecido aos pesquisadores Paulo Cunha, Marly Vianna e Lincoln Penna, em março de 2003, evidencia a importância da atuação dos militares de esquerda na resistência ao golpe de 1964. Esse oficial, já falecido, foi o último assistente político do setor militar do PCB, dissolvido em 1992, que recebeu a tarefa de passar alguns dias em São Paulo para participar do planejamento de uma ação que pretendia a derrocada do governo Castelo Branco:

Eu recebi a seguinte tarefa: o Ademar de Barros esta querendo um coronel para coordenar a Força Publica dele numa missão que ele vai explicar lá. Aí eu encontrei com o marechal Hesquet Hall, que foi comandante lá em São Paulo e conhecia o Ademar e fui com ele a uma casa vazia para encontrar com o Ademar de Barros. Lá em São Paulo, o Ademar de Barros era governador [...]. Quando eu cheguei na casa vem o Ademar de Barros, com aquele padre, que foi padre da Aeronáutica, e depois foi secretario da Educação dele lá em São Paulo, o Baleeiro.<sup>29</sup>

Apresentado ao governador paulista com o codinome de Ricardo, de quem ocultou a militância no PCB, Hélio Anísio envolveu-se na conspiração, chegou a receber de Adhemar uma mala de dinheiro, retirada de um cofre

secreto no palácio do governo, para financiar a ação. Nesse encontro, Adhemar esperava obter a adesão de José Maria Alkmin e Tancredo Neves, mas eles não compareceram à reunião de articulação do movimento, frustrando as expectativas do governador.

No contato inicial de Hélio Anísio com o coronel da Força Pública e o comandante da Guarda Civil paulista, o coronel exaltou o poder de fogo do movimento: “A Força Pública tinha mais soldado do que o Exército, em São Paulo, era mais forte do que o Exército, tinha armamento pesado, a Força Pública tinha mais. Passei a madrugada toda conspirando com ele”. Mas, ao conhecer o arsenal da Guarda Civil, percebeu que era impossível tomar o poder com armamentos sem manutenção: “Na Guarda Civil o comandante me levou lá na sala de armamento. Aí eu pequei o primeiro assim, caiu o tambor. Eu olhei para ele... e ele – ‘Ah, está em manutenção’”. É recorrente na fala do coronel Anísio a desconfiança em relação ao Ademar de Barros, destacando-o como homem da corrupção que agia em proveito dos próprios interesses<sup>30</sup>.

Na verdade, o principal motivo do fracasso da organização dessa conspiração ou contragolpe, assumido abertamente pelo brigadeiro Teixeira, foi a cassação do mandato de Adhemar de Barros, em junho de 1966. Após a cassação do mandato do governador paulista e a proibição de exercer atividades políticas por dez anos, Adhemar partiu para o exílio, vindo a falecer em março de 1969. A cassação do mandato de Adhemar, segundo o brigadeiro Teixeira, “[...] foi o primeiro sinal de que, pelo menos no mundo civil, a revolução já estava expelindo os seus apoios”<sup>31</sup>.

Durante o período do exílio de Adhemar de Barros, Carlos Lacerda assumiu o coro dos descontentes, atacando abertamente o governo Castelo Branco. A reação do governo, através dos ministros Magalhães Pinto e Hélio Beltrão, foi de conciliação, ato que acabou frustrado. Em 1967, o ministro da Justiça, Gama e Silva, proibiu a aparição de Lacerda na TV.

Ainda no ano de 1966, Carlos Lacerda passou a assumir a função de mediador e articulador das forças oposicionistas de dentro para fora do país. Renato Archer (MDB antes PSD) confirmou o apoio de Juscelino Kubitschek em Lisboa, e em visita a Montevidéu (Uruguai), Doutel de Andrade (MDB, antes PTB) conquistou a adesão de João Goulart. Esse movimento, que tinha como pretensão ser uma frente ampla de oposição ao Estado autoritário, também reivindicava o direito à greve e a redemocratização do país<sup>32</sup>. O “grupo do Rio”, composto pelo brigadeiro Francisco Teixeira, Ênio Silveira, Fadul, Renato Archer, Doutel de Andrade, Edmundo Muniz, Artur Lima Cavalcanti, entre outros, incorporaram a proposta da Frente Ampla. De acordo com o brigadeiro, que não acreditava na possibilidade de uma reação armada contra os partidários do autoritarismo<sup>33</sup>, “Ele [Lacerda] veio ao Rio e reuniu o grupo.

Nós discutimos e aceitamos, porque aquilo era o embrião da Frente Ampla, que tanto sonhávamos<sup>34</sup>”.

Carlos Lacerda acreditava na possibilidade de se criar um novo partido e defendia que o comando da Frente Ampla deveria ser parlamentar e formado por setores da Igreja, mas as desconfianças dos deputados em relação a Carlos Lacerda levaram ao seu fracasso, por considerar que o envolvimento de Lacerda era motivado pela ambição política de se candidatar à Presidência da República. Em 1968, em decorrência da crescente onda de protesto, com greves operárias, comícios e manifestações estudantis, houve um recrudescimento do regime político. Os discursos contundentes de Carlos Lacerda contra o governo federal, atingindo o chefe do Gabinete Militar (Jayme Portella), e as manifestações públicas do emedebista Renato Archer, secretário geral da Frente Ampla, não foram mais tolerados. A Portaria nº 177, do ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, fechou de vez a Frente Ampla. Nesse mesmo ano, o governo decretou o AI-5, que suspendeu por dez anos os direitos políticos de Lacerda, confinando-o por alguns dias na prisão. Assim, chegava ao fim a Frente Ampla, após reunir cerca de 15 mil pessoas em atos públicos contra o governo.

## Considerações finais

As divergências políticas com o governo federal afastaram definitivamente algumas lideranças civis golpistas de suas bases aliadas. Adhemar de Barros foi deposto, tendo em vista o acirramento dos conflitos no interior do PSP (Partido Social Progressista) e, em consequência, a redução de apoio na Assembleia Legislativa de São Paulo. Ele foi um dos principais personagens difusores da propaganda ideológica anticomunista e antitrabalhista que, entre 1963-64, divulgou ideias antirreformistas, principalmente contra a reforma agrária, no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*<sup>35</sup>. Criticava os comunistas, denunciava a aproximação do presidente Goulart com as esquerdas, e pregava a união de todos os “democratas”, dizendo ainda que São Paulo seria inflexível na defesa dos princípios cristãos e democráticos e na luta anticomunista. Exigiu, em 1966, a renúncia de Castelo Branco. O presidente Castelo Branco respondeu com a cassação do seu mandato de governador, tendo os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em 7 de junho de 1966, para não ser preso, partiu para o exílio em Paris, França, vindo a falecer em 12 de março de 1969. A imprensa paulista, que muitas vezes tomava partido, divulgava e debatia as divergências entre o governador e o presidente da República, culminando na exoneração do cargo de Adhemar de Barros. O jornal o *Estado de São Paulo* moveu uma campanha aberta contra Adhe-

mar, enquanto a *Folha de S. Paulo* apresentava uma versão mais moderada dos fatos. Ela não negava as suas práticas de corrupção e nem os processos judiciais arquivados em 1964, mas veiculava uma imagem mais positiva de Adhemar de Barros, recuperando algumas de suas qualidades como político<sup>36</sup>.

Adhemar e Carlos Lacerda não negaram o seu passado de “líderes revolucionários” de 1964, mas distanciaram-se de suas antigas bases políticas para compor com setores oposicionistas, incluindo deputados emedebistas e integrantes do PCB. Fizeram declarações públicas contra a política econômica e política do governo federal, dentro de um novo arranjo político de luta pelo retorno da democracia representativa, vilipendiada no primeiro governo militar. Lacerda frustrou-se com as eleições estaduais da Guanabara, por não ter recebido o apoio do presidente Castelo Branco para o seu candidato. A eloquência dos discursos críticos afastou correligionários, situacionistas de outros partidos políticos e eleitores mais conservadores, que continuaram a ser a base de sustentação da ditadura. A institucionalização de práticas autoritárias, através de atos extraconstitucionais, provocou repúdio em Lacerda, que buscou firmar alianças com alguns setores oposicionistas moderados.

Juscelino Kubitschek, por sua vez, teve o seu mandato cassado, os direitos políticos suspensos e o desejo de voltar à Presidência anulado. Era uma candidatura de peso para as eleições de 1965, que passou a ser controlada e esvaziada pelos militares no poder. João Goulart permaneceu no exílio até o falecimento. Adhemar de Barros compôs com setores oposicionistas, com a proposta de desestabilizar o governo por meio de um contragolpe. A iniciativa foi frustrada devido à intensidade das perseguições ao governo paulista, que resultaram em intervenção no estado, cassação de mandato e exílio. Com a saída da principal liderança do grupo e a desconfiança que já havia com relação a ele, conspurcado pela imagem de corrupto, o contragolpe não ultrapassou a fase do planejamento, mas sabe-se de sua existência enquanto projeto de combate à ditadura. Todos eles buscaram, e cada um a seu modo, combater as arbitrariedades dos governos militares. Nada sobrou a não ser o exílio e a morte. Suas memórias hoje fazem parte do ideário de luta oposicionista, quando conservadores e progressistas se uniram para derrotar a ditadura.

## RESUMO

---

Estudo da memória política dos grupos oposicionistas ao movimento civil-militar brasileiro de 1964, conhecidos como “grupo do Rio”, sob o comando do ex-tenente brigadeiro Francisco Teixeira, e seu envolvimento nas reuniões preparatórias do Contragolpe, planejado por Adhemar de Barros, e nas articulações da Frente Ampla, de Carlos Lacerda. Após o golpe de Estado, o brigadeiro foi preso e afastado de suas funções na Aeronáutica por assu-

mir posicionamentos políticos reformistas em apoio ao governo Goulart. Esse “grupo do Rio” tornou-se um importante articulador da política de mobilização das massas para desestabilizar o governo Castelo Branco, obtendo apoio de amplos setores oposicionistas, inclusive de parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A explicação da correlação de forças políticas existentes nos movimentos de reação à institucionalização da Ditadura fundamentou-se nas ideias de René Rémond, Pierre Rosanvallon e Francisco Falcon. Desse modo, a pesquisa buscou compreender, tendo por base discursos e memórias políticas dos envolvidos, a formação de movimentos oposicionistas que agiam em contrariedade à ação do governo federal, tendo em vista acriação do sistema do bipartidarismo.

## PALAVRAS-CHAVE

Ditadura, Resistência, Frente Ampla, Contragolpe

*Castelo Branco government, “Contragolpe” and “FrenteAmpla” in the Memoirs of the Military and Civilians (Brazil: 1964-68).*

## ABSTRACT

It is the Study of the political memory produced by groups that opposed to the Brazilian civil-military movement in 1964 known as “ Grupo do Rio” (*Group of Rio*), under the command of the former lieutenant-brigadier Francisco Teixeira, and its involvement in the preparatory meetings for the “Contragolpe” (*Backlash*), planned by Adhemar de Barros, and its linkage to “FrenteAmpla” (*Broad Front*) of Carlos Lacerda. After the coup, the brigadier was arrested and removed from his duties in Air force for taking reformist political positions in support of Goulart government. This Group of Rio has become an important articulator of masses mobilization policy to destabilize Castelo Branco government, obtaining support of broad opposition sectors, including part of the Brazilian Communist Party. The explanation for the correlation of political forces in the movements of reaction to the institutionalization of dictatorship was based on the ideas of Rene Remond, Pierre Rosanvallon and Francisco Falcon. Thus, the research sought to understand, based on the discourses and political memoirs of those involved, the formation of oppositionist movements that acted in opposition to government movements to create a two-party system.

## KEYWORDS

Dictatorship , Resistance , FrenteAmpla , Contragolpe

## NOTAS

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), atuante no Programa de Pós-graduação em História (PROHIS) e graduação, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com ênfase na área de História do Brasil. Coordenadora do PIBID-História (Programa Institucional

de Iniciação à Docência / CAPES). Líder do grupo de pesquisa – Poder, Cultura e Relações Sociais na História (UFS-CNPq). Essa pesquisa contou com o apoio de bolsistas de Iniciação Científica vinculados a COPES (Coordenadoria de Pesquisa). E-mail para contato: celiacardoso@ufs.br.

<sup>2</sup> Após a edição do AI-1, redigido por Francisco Campos e assinado por Costa e Silva, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Hermann Grünewald, ocorreram entre os dias 10 e 13 de abril de 1964 “45 cassações de mandatos, 162 suspensões de direitos políticos por dez anos e 146 transferências de militares para a reserva”. Fico, Carlos, *Como eles agiam*, RJ/SP, Ed. Record, 2001, p. 22.

<sup>3</sup> TEIXEIRA, Francisco. Francisco Teixeira (depoimento, 1983-1984). RJ, CPDOC, 1992, p. 7 (351 p. dat.).

<sup>4</sup> Idem, p. 200.

<sup>5</sup> A história política renovada, difundida na França dos anos 70, define como objeto de investigação as relações de poder e suas implicações, não se limitando à compreensão da história dos grandes Estados ou dos grandes personagens, mas dirigida à identificação e análise dos micropoderes presentes na vida cotidiana.

<sup>6</sup> Para uma abordagem da dimensão do político na história, inspiramo-nos nas ideias de RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996; ROSANVALON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010; FALCON, Francisco. “História e Poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria*. Rio de Janeiro: Campus, 1997 (p. 61-89).

<sup>7</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. “Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart e a Frente Ampla de oposição ao Regime Militar (1966-1968)”. In: *Veredas da História*, Ano III, Ed. 2-2010. Disponível em: [www.veredasdahistoria.com](http://www.veredasdahistoria.com), acesso em 15 de nov. 2013, p. 11

<sup>8</sup> O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu todos os partidos políticos existentes (UDN – União Democrática Nacional / PSD – Partido Social Democrático / PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, entre outros). No mesmo período, lançou-se a Emenda Complementar nº 4, que instituiu o sistema do bipartidarismo (Aliança Renovadora Nacional – ARENA e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro). Sobre os Atos Institucionais e Emendas Complementares, consultar Fico, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Ver também o site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: [www.tse.gov.br/utilidades/download/legislacao](http://www.tse.gov.br/utilidades/download/legislacao), acesso em 15 de set. 2013.

<sup>9</sup> FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, Cadernos da UnB, vol. 1.

<sup>10</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 6ª ed., SP, Ed. Contexto, 2007, p. 19.

<sup>11</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. revista e ampliada, RJ: Revan, Brasília, DF, EdUnB, 2001, p. 11. Esse livro foi escrito entre 1976-77, constando nas versões recentes uma breve biografia de Moniz Bandeira, com destaque para a sua participação política iniciada na assessoria do parlamentar do PTB, Sérgio Magalhães (presidente da Frente Nacionalista Parlamentar (FNP) e vice-presidente da Câmara dos Deputados), sendo também um dos mais influentes membros da Polop (Política Operária), organização de esquerda trotskista. De família tradicional baiana, ele atuou em grandes jornais brasileiros, como o *Diário de Notícias*. Foi preso no RJ por ordem do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), entre 1969-70 e 1973. O contato com João Goulart e Leonel Brizola no exílio, no Uruguai, enriqueceu com depoimentos orais essa obra.

<sup>12</sup> René Dreifuss analisou a tomada do poder em 1964 através das articulações do complexo Ipes-Ibad (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais / Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Daniel Aarão Reis Filho polemiza com o autor a respeito da supervalorização das instituições, principalmente o Ipes, no curso dos acontecimentos. Ver DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5ª ed, Petrópolis: Vozes, 1987. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Brasília: Brasiliense, CNPq, 1990.

<sup>13</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz Bandeira. “O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional”. In: TOLEDO, Caio Navarro de Toledo (Org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997; BANDEIRA, Moniz. *Op. Cit.*, 2001. Ver também, TOLEDO, Caio Navarro. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS, Daniel Aarão, Ridenti, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004; TOLEDO, CAIO. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1994, Col. Tudo é História.

<sup>14</sup> FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar*. RJ, Civ. Brasileira, 2003, p. 347

<sup>15</sup> BANDEIRA, Moniz. *op. cit.*, p. 16.

<sup>16</sup> FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, p. 345-346.

<sup>17</sup> POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 9.

<sup>18</sup> CONY, Carlos Heitor. *JK e a Ditadura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 26.

<sup>19</sup> BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>20</sup> CONY, Carlos Heitor. *Op. cit.*, p. 32.

<sup>21</sup> Idem, orelha do livro.

<sup>22</sup> Idem, p. 13.

<sup>23</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>24</sup> Idem, p. 199.

<sup>25</sup> Sobre essa questão, ver DELGADO, Márcio de Paiva. *Op. cit.*

<sup>26</sup> GUERRA, Jacinto. JK: Triunfo e Exílio. Um estadista brasileiro no exílio. 2<sup>a</sup> ed., Brasília: Thesaurus, 2005, p. 174.

<sup>27</sup> DELGADO, Márcio de Paiva. *Op. cit.*, p. 7 e 9.

<sup>28</sup> TEIXEIRA, Francisco. *Op. cit.*

<sup>29</sup> ANÍSIO, Hélio. Entrevistadores: Marly Vianna, Lincoln Penna, Paulo Cunha, 2003. Material cedido por Paulo Cunho, em fase de publicação.

<sup>30</sup> ANÍSIO, Hélio. *Op. cit.*

<sup>31</sup> TEIXEIRA, Francisco. *Op. cit.*, p. 277

<sup>32</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 277.

<sup>33</sup> TEIXEIRA, Francisco. *Op. cit.*, p. 275.

<sup>34</sup> Idem, p. 280.

<sup>35</sup> *Diário Oficial. Estado de São Paulo*. Foram analisadas todas as manchetes veiculadas na primeira página do jornal entre 1963-1964. Ver 1º 02, 1964, p. 4 e 31.03.1964, p. 1.

<sup>36</sup> Ver CARDOSO, Célia Costa. *O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983)*. São Cristóvão, Editora da UFS, 2014; CARDOSO, Célia. “Política de Segurança e Repressão no Estado de São Paulo (1963-1983)”. In: AXT, Gunter, D’Aléssio, Márcia M. & JANOTTI, Maria de Lourdes (Orgs.). *Espaços de negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.